



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA**

VANESSA XAVIER DE SOUSA SILVA

**QUEM SOMOS NÓS EM “O FUTURO QUE QUEREMOS”: ANÁLISE DO
DISCURSO SOBRE ACESSO A TERRA E MEIOS PRODUTIVOS NO
DOCUMENTO FINAL DA RIO+20**

**PLANALTINA-DF
2014**

VANESSA XAVIER DE SOUSA SILVA

**QUEM SOMOS NÓS EM “O FUTURO QUE QUEREMOS”: ANÁLISE DO
DISCURSO SOBRE ACESSO A TERRA E MEIOS PRODUTIVOS NO
DOCUMENTO FINAL DA RIO+20**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Gestão Ambiental, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^ª Carolina Lopes Araújo

**PLANALTINA-DF
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Vanessa Xavier de Sousa.

Quem somos nós em “O futuro que queremos”: análise do discurso sobre acesso a terra e meios produtivos no documento final da Rio+20. Vanessa Xavier de Sousa Silva. Planaltina - DF, 2014. 35f.

Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^ª Carolina Lopes Araújo

1. desenvolvimento sustentável 2. reforma agrária 3. major groups 4. agricultura sustentável I. Silva, Vanessa Xavier de Sousa. II. Quem somos nós em “O Futuro que Queremos”: análise do discurso sobre acesso a terra e meios produtivos no documento final da Rio+20.

Vanessa Xavier de Sousa Silva

**QUEM SOMOS NÓS EM “O FUTURO QUE QUEREMOS”: ANÁLISE DO
DISCURSO SOBRE ACESSO A TERRA E MEIOS PRODUTIVOS NO
DOCUMENTO FINAL DA RIO+20**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Planaltina-DF, 28 de Novembro de 2014.

Prof^a

Carolina Lopes Araújo – UnB/FUP

(Orientadora)

Prof^a Dr^a

Mônica Celeida Rabelo Nogueira – UnB/FUP

Prof^a Dr^a

Regina Coelly Fernandes Saraiva – UnB/FUP

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, por todas as lutas e vitórias conquistadas ao longo da minha história e pela oportunidade de estar concluindo o curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade de Brasília.

Aos meus pais, Neli e Simão, que sempre me incentivaram a estudar e me fizeram acreditar que os meus sonhos eram possíveis de se realizar. Sou grata pela compreensão, companheirismo, dedicação. Ao meu irmão Leandro, meu amigo fiel. Me ajuda em tudo que faço, é a melhor companhia de todos os dias. À vó Maria e tia Lurdinha (in memória). Aos meus familiares, que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

À família JULeM, por me permitir crescimento humano e espiritual. Todas as experiências que pude viver foram de grande valia. Totus Tuus Mariae.

À Carol, minha orientadora, a admiro muito por suas virtudes tanto na vida profissional quanto pessoal. Me forneceu todo apoio necessário para a realização da pesquisa, além de me lançar desafios e demonstrar com entusiasmo que sempre podíamos avançar mais. Ao professor Tadeu, que me ajudou durante toda graduação, sendo um exemplo na vida acadêmica, um profissional brilhante.

Às amigas Valquíria e Yoko, que tornaram os dias mais felizes e por todo aprendizado. Ao Vander, por me acompanhar desde a época de escola, sendo também meu amigo de curso. À Andreia, pela amizade, trabalhos de campo e ensinamentos. Ao companheiro Luciano, pelas boas risadas e ajuda nas coletas das saídas de campo. Ao Adalberto, pelos projetos e viagens. Ao Wellington, por compartilhar conhecimento e dividir as conquistas do trabalho de conclusão de curso.

Aos amigos: Cris, Thaty, Ana Nogueira, Lucas Alcântara, Juliana, Victor, Leonardo, Pedro, Rafael, Tamiris, Priscila, Glauber, Ray, Jéssica Sampaio, Fernando, Gabriel Araújo, Marcella Soares e Débora Souza.

RESUMO

Dentre os temas abordados na Rio+20, as questões relativas ao acesso a terra e meios produtivos mostram-se cruciais para se pensar um modelo de desenvolvimento marcado pela sustentabilidade. Aplicando-se o embasamento metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC), buscou-se verificar como esse tema se apresenta no documento “O Futuro que Queremos”. Visto que a Rio+20 foi a primeira ocasião em que a sociedade civil teve espaço oficial de palavra na Plenária de Alto Nível em uma Conferência da ONU, buscou-se identificar, ainda, se as demandas e reivindicações apresentadas pela sociedade quanto a esse tema foram atendidas pelos resultados oficiais da Conferência. Verificou-se predominância do discurso econômico e social sobre o ambiental. O texto é marcado por um capitalismo neoliberal, onde a preocupação evidente é o mercado.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, reforma agrária, major groups, agricultura sustentável.

ABSTRACT

Among the themes addressed at Rio+20, issues related to access to land and productive resources prove crucial to think about a development model characterized by sustainability. Applying the methodological basis of Critical Discourse Analysis (CDA), we sought to determine how this theme is presented in the document "The Future We Want". Since Rio+20 was the first time that civil society had official word space in the High Level Plenary at a ONU Conference, we sought to identify, even, if the demands and claims made by the society regarding this issue were met by the official results of the Conference. It has been found a predominance of economic and social discourse over environment. The text is marked by neoliberal capitalism, where the market is obvious concern.

Keywords: sustainable development, agrarian reform, major groups, sustainable agriculture .

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3	METODOLOGIA.....	14
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
7	ANEXOS	33

1 INTRODUÇÃO

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), popularmente conhecida como Rio+20 foi realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. As duas temáticas centrais na Conferência foram: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O evento possibilitou o encontro de atores relacionados à temática de desenvolvimento sustentável, o que contribuiu para gerar grandes expectativas sobre a Conferência. De acordo com os dados oficiais fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Rio+20 foi a maior Conferência já realizada: contou com a participação de 10.047 representantes da sociedade civil, 12.500 representantes de Estados e de instituições governamentais e aproximadamente 4.000 agentes de mídia, que cobriram os nove dias de eventos.

A Rio+20 subdividiu-se em três momentos, sendo que, no primeiro momento houve a III Reunião do Comitê Preparatório (13 a 15 de junho), onde representantes de Estados e Governos debateram e fizeram negociações voltadas para o documento final da Conferência, intitulado de “O futuro que queremos”. No segundo momento, a programação dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável (16 a 19 de junho) e, por conseguinte, a Plenária de Alto Nível da Conferência (20 a 22 de junho).

A Plenária de Alto Nível contou com a participação de 188 Chefes de Estado e de Governo, representando 185 países membros da ONU, além de representantes da Comunidade Europeia, do Vaticano e da Palestina, sendo que, estes dois últimos são membros observadores oficiais. A Conferência teve a ausência de seis países, dos quais se destacam a Arábia Saudita e a Coreia do Norte, por apresentarem mais relevância na geopolítica do desenvolvimento. Andorra, Guiné-Bissau, San Marino e São Tomé e Príncipe completam a lista de ausências (ARAÚJO, 2014)

Destaca-se a participação inédita da sociedade civil na Plenária de Alto Nível, com a percepção de que seria impossível atingir as metas que contemplam o desenvolvimento sustentável sem as contribuições da população. Na Agenda 21 (ONU, 1992), proposta na Rio 92, foram identificados nove grupos sociais de especial interesse para a discussão sobre desenvolvimento sustentável. Tais grupos são denominados Major Groups, buscam representar a realidade da sociedade civil internacional, com a finalidade de expor suas

demandas e reivindicações pertinentes aos temas discutidos dentro da Conferência. São eles: Comunidade Científica e Tecnológica, Crianças e Jovens, Agricultura, Povos Indígenas, Autoridades Locais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Mulheres, Trabalhadores e Sindicatos e Negócios e Indústrias. Cada Major Group teve a possibilidade de se pronunciar por seis minutos na Plenária de Alto Nível da Rio+20 – onde tradicionalmente somente têm espaço de palavra os chefes de Estado e de Governo.

O maior desafio da Rio+20 estava em materializar, no formato de um documento final, uma proposta dos caminhos para o desenvolvimento sustentável a serem adotados por todos os países membros da ONU (ABRANCHES, 2012). Vale ressaltar a dificuldade de elaborar um documento com ações que realmente promovam o desenvolvimento sustentável e que contemple os interesses de todos os países participantes da Conferência.

Conforme explica Sachs (2000, p. 31-32):

necessitamos, portanto, de uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando sua diversidade. Conservação e aproveitamento da natureza podem e devem andar juntos.

Melo (2006) apresenta uma crítica da dificuldade encontrada em analisar o desenvolvimento, na maioria das vezes, caracterizado como a aparente melhora de condições de vida de pessoas que são utilizadas como “recursos”, na qual o homem deve ter condições básicas mínimas para ser capaz de aumentar a produtividade.

Diegues (1992) afirma que é necessário promover discussão sobre o termo desenvolvimento sustentável, não somente pelo adjetivo “sustentável”, mas também pelo desgastado conceito de “desenvolvimento”. A dificuldade de encontrar um “padrão” para a sustentabilidade está nas diferenças sociais, históricas e culturais entre os países, além das particularidades de cada ecossistema.

Diante do contexto geopolítico internacional, o desenvolvimento sustentável vem ganhando importância e destaque. As preocupações socioambientais têm como duas de suas fontes, as catástrofes ambientais e limitação dos recursos naturais, portanto, tornam-se necessárias medidas mitigadoras dos impactos antrópicos no meio ambiente.

A temática de acesso a terra e meios produtivos apresenta relevância no contexto do desenvolvimento sustentável. Torna-se necessário a disseminação de conhecimento, quebra de paradigmas, visto que, a agricultura mais ecologicamente correta não tem boa aceitação por

produtores tradicionalistas e que priorizam os benefícios econômicos. Veiga et al (2012) dizem que a consciência da necessidade de estimular a diversificação dos sistemas produtivos é unânime entre os que se preocupam com a sustentabilidade da agricultura.

O objetivo do presente trabalho será verificar se o documento final “O futuro que queremos” contemplou as demandas e reivindicações apresentadas pelos grupos sociais, referente às questões de acesso a terra e meios produtivos, analisando especificamente o pronunciamento do Major Group Agricultura. As questões de pesquisa que motivam este estudo são: a) quais os discursos permeiam as reivindicações dos MG na Rio+20; b) como (ou se) as vozes (reivindicações e demandas) dos MGs se fizeram ouvidas nos resultados oficiais da Rio+20 e, enfim, c) se as propostas apresentadas no documento final da Rio+20 configuram intenções genéricas ou sugerem encaminhamentos possíveis que orientam países e sociedade civil para as decisões e práticas concernentes ao desenvolvimento sustentável.

O pronunciamento do Major Group Agricultura foi lido por Henry Saragih, coordenador internacional da Via Campesina, em 20 de junho de 2012. O texto realça a importância da agricultura sustentável para a discussão do desenvolvimento sustentável e fala dos grupos vulneráveis (agricultores, jovens, povos indígenas e mulheres) como atores essenciais nas soluções para o desenvolvimento sustentável.

Uma reivindicação expressa no discurso desse Major Group é o direito à igualdade do acesso a terra, com o desejo de maior participação e empoderamento dos grupos considerados mais vulneráveis, como um caminho a traçar para o desenvolvimento sustentável (FARMERS MAJOR GROUP, 2012). Henry Saragih afirma, em nome do Major Group Agricultura, como pode ser observado no excerto (1) que:

(1) *“o caminho para um desenvolvimento mais sustentável deve avançar no sentido de responsabilidade social e mercados sustentáveis e financeiros, balanceando as necessidades humanas com os ecossistemas dos quais todas as vidas dependem” (tradução livre).*

Destaca-se a importância de estudos acadêmicos dentro do contexto do desenvolvimento sustentável, visto que, a Universidade pode desempenhar um papel fundamental, já que é espaço de ensino, produção de conhecimento e reflexão (WIRTH ET AL, 2006). É imprescindível ter uma visão holística, não se pode alcançar a sustentabilidade com atitudes isoladas. Para avançar de forma concreta, torna-se indispensável a colaboração de países considerados desenvolvidos, em desenvolvimento e pobres.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2003) destaca em seu II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), a ação estruturante da Reforma Agrária, por ser geradora de trabalho, renda e produção de alimentos, portanto, fundamental para o desenvolvimento sustentável. Os projetos estabelecidos para assentamentos, à partir do II PNRA, possuem o foco de combinar viabilidade econômica e ambiental.

O Estatuto da Terra (1964) define como reforma agrária no Art. 1º §1: “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (OLIVEIRA, 1996).

A reforma agrária consiste não somente em “dar terras”, visto que, não pode ser redutiva, necessita vir acompanhada de políticas públicas que ofereçam subsídios ao beneficiário. O II PNRA diz que o empobrecimento dos agricultores é resultado da combinação da estrutura fundiária concentrada, políticas agrícolas e padrão tecnológico excludentes.

A disputa por terras são palcos de conflitos socioambientais, os interesses entre os atores sociais são divergentes, sendo alimentados pelas desigualdades sociais e ambições capitalistas. Portanto, torna-se necessário a intervenção Estatal para buscar as soluções mais adequadas, além de evitar que os conflitos sejam sangrentos.

A reforma agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. A impressão gerada em torno da situação apresentada é que o capitalismo traz benefícios por meio do desenvolvimento, enquanto a reforma agrária seria a culpada pelos conflitos (FERNANDES, 2008). O Capitalismo Neoliberal se originou na década de 1980 nos países desenvolvidos, em especial, nos Estados Unidos. Esse modelo capitalista se caracteriza pela redução do papel do Estado na economia e flexibilização dos mercados (MARQUETTI, 2004).

Conforme já vimos anteriormente, a reforma agrária é considerada uma questão relevante para o desenvolvimento sustentável. Torna-se importante conhecer as origens do termo em discussão, ou seja, o próprio desenvolvimento sustentável, bem como, entender quais esforços são necessários para alcançá-lo.

A primeira conferência da ONU sobre meio ambiente foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada de 5 a 16 de junho de 1972 em Estocolmo. O principal objetivo desse evento foi chamar a atenção para a necessidade de um critério e de princípios comuns que oferecessem ao mundo inspiração para preservar o ambiente humano (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 2006). Apesar da importância dessa Conferência, ainda não foi o “palco” do surgimento do termo desenvolvimento sustentável, mas podemos citá-la como um passo inicial.

O termo desenvolvimento sustentável apareceu pela primeira vez em 1987, no documento intitulado Nosso Futuro Comum (também conhecido como Relatório Brundtland), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Desenvolvimento sustentável teve como definição o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Esse relatório aponta a falta de relação entre desenvolvimento sustentável e os padrões de consumos estabelecidos até aquele momento.

Wirth et al (2006, p. 5) afirmam sobre o Relatório de Brundtland que:

desconsidera-se novamente a criação de áreas periféricas num contexto de economia mundial e parte-se mais uma vez de um pressuposto de igualdade. Como a história demonstra claramente que a pobreza e a riqueza mundial foram processos construídos através de relações de exploração, a neutralidade presente nos documentos da ONU pode ser considerada discurso ideológico.

Embasados em Wirth et al, percebemos o contexto de contraste social estabelecido ao longo da história. Tal desigualdade não tem destaque no relatório de Brundtland, visto que não leva em consideração as particularidades de cada país. O alcance do desenvolvimento sustentável depende das condições socioeconômicas e ambientais dos países, sendo que esses possuem individual e diferentemente, dificuldades para superar.

O termo desenvolvimento sustentável ganhou força e foi incluído dentro da Agenda 21, sendo este o documento final produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como Rio-92 ou ECO-92, já que foi realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

A Agenda 21, em seu Capítulo 7, dedica atenção para a “Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Humanos”, na qual relata a necessidade dos assentamentos ao acesso à matéria-prima, energia e desenvolvimento econômico para superar seus problemas econômicos e sociais básicos. Nesse capítulo são incluídas algumas áreas de programas, que

visam metas sustentáveis, dentre as quais podem-se destacar o acesso à habitação adequada e o uso sustentável da terra.

Sachs (1993) demonstra as diferenças encontradas entre os países do Norte, Leste e Sul, na qual destaca a necessidade de frear o consumo excessivo nos países mais desenvolvidos (Norte) devido a insustentabilidade, que pode ocasionar a extinção dos recursos naturais. O autor destaca a importância de proporcionar aos países menos desenvolvidos (Leste e Sul), a possibilidade de crescimento econômico, baseado em princípios que não externalizam os custos sociais e ambientais.

Após dez anos da Rio 92, ocorreu outra Conferência realizada pela ONU intitulada de Conferência da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002 em Johannesburgo, África do Sul. Os chefes de Estados presentes nesse encontro discutiram os resultados alcançados provenientes das outras Conferências realizadas, além de encaminhamentos possíveis para novas reuniões.

Essas Conferências citadas anteriormente acabaram contribuindo para gerar expectativas sobre a Rio+20, no que diz respeito aos temas sociambientais emergentes. Um dos objetivos dessa Conferência seria avaliar o progresso alcançado e as lacunas ainda existentes na implementação dos resultados das grandes cúpulas sobre desenvolvimento sustentável. Buscou-se discutir sobre práticas mais sustentáveis de produção, caso o ritmo de crescimento continuasse acelerado, seria necessário recursos correspondentes, no mínimo, mais dois planetas Terras até o final desse século (VIEIRA, 2012). Dentre as formas de produção mais ecologicamente corretas, destaca-se a agricultura sustentável.

Conforme explica a Global Action (apud ALMEIDA, 1995, p. 48) a expressão que define agricultura sustentável tem como princípio:

um modelo social e econômico de organização baseado na visão equitativa e participativa do desenvolvimento e dos recursos naturais, como fundamentos para a atividade econômica. A agricultura é sustentável quando ela é ecologicamente bem fundada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e baseada na abordagem holística.

Nos últimos anos, notam-se mais empenho para construção de assentamentos sustentáveis, pela percepção que é mais vantajoso utilizar a terra que se adquiriu proveniente da reforma agrária com práticas agrícolas mais ecologicamente corretas (CAMARGO, 2013). Esses produtores precisam de capacitação técnica, além de meios produtivos.

Os meios de produção incluem os instrumentos utilizados para produzir, as instalações, as fontes de energia e os meios de transporte. Conforme explica Moraes (2009), os conceitos relacionados aos meios produtivos se derivam das ideias de Karl Marx, no qual cada sociedade possui seu próprio modo de produção

Vale ressaltar que é necessário produzir nas terras que se adquiriram como benefícios das políticas públicas, dos programas sociais, esse é um requisito para que o agricultor possa continuar na terra. Com essa finalidade, há programas governamentais que oferecem capacitação técnica para os produtores, com objetivo de disseminar conhecimento.

A reforma agrária dá condições ao agricultor que passe de coadjuvante para protagonista da sua própria história. Sendo assim, o benefício do acesso a terra é capaz de possibilitar ao produtor, utilizar sua força de trabalho para produzir, com possíveis melhorias socioeconômicas. A reforma agrária visa a implementação de ações capazes de garantir a inclusão dos trabalhadores rurais na construção da sociedade, com resposta governamental estratégica. Além de ser viabilizadora de impactos econômicos, decorrentes do aumento da produção (SALCIDES E ALVES FILHO, 2010).

O modelo de reforma agrária brasileira apresentado nesse trabalho não está restrito apenas ao Brasil, em geral, as experiências encontradas em outros países também são massivas. Procuram distribuir e atender a todas as famílias de camponeses que desejem trabalhar na terra (CALDART, 2012).

3 METODOLOGIA

O texto em que se embasam as análises apresentadas neste trabalho é o documento intitulado “O futuro que queremos”. Esse documento, em sua versão no Português Brasileiro¹ se compõe de 283 parágrafos que se apresentam ao longo de 55 páginas.

O presente trabalho analisa a representação do tema do acesso a terra e aos meios produtivos no texto final da Rio+20. A unidade de análise neste trabalho são os parágrafos do texto da Conferência selecionados por sua abordagem direta e/ou indireta ao tema escolhido.

O discurso representado no documento final da Rio+20 nas referências ao tema do acesso a terra e aos meios produtivos foi, então, comparado com a representação desse tema pela sociedade civil na esfera oficial da Conferência. Para tanto, serviram de base os textos dos pronunciamentos oficiais dos Major Groups na Plenária de Alto Nível da Rio+20. Apenas o Major Group Agricultura abordou o tema em questão.

Nesse estudo usaremos como embasamento metodológico a Análise de Discurso Crítica (ADC), que se refere a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social (RAMALHO E RESENDE, 2011). Segundo Fairclough (2001):

toda prática é uma articulação de diversos elementos sociais dentro de uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso. Digamos que cada prática inclui os seguintes elementos: atividades, assuntos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores e discurso (*tradução livre*).

A Análise de Discurso Crítica se presta a oferecer uma crítica explanatória de questões sociais. Para tanto, a ADC se fundamenta no Realismo Crítico de Bhaskar (1989; 1993 apud RAMALHO, 2009). Ramalho (2009) nos lembra que existe um mundo real, junto com o mundo social, mesmo que o nosso conhecimento não tenha percepção dessa existência.

Ramalho e Resende (2011) explicam que o texto é o material analítico de estudo, embora o foco da ADC esteja no nível das práticas sociais. A ADC tem a possibilidade de desvelar situações que pareçam naturais relacionadas às desigualdades e prejuízos sociais. Isso se dá, pois o discurso é modelado pela própria estrutura social, e se constitui também dessa mesma estrutura (SANTOS E RESENDE, 2012).

¹ Essa versão do texto não é oficial, visto que o Português Brasileiro não é um idioma oficial da Organização das Nações Unidas. No entanto, essa é a versão do documento adotada como referência pelo Governo Brasileiro, estando disponível para acesso público no site do Ministério do Meio Ambiente pelo link <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf> (acesso em: 28 out 2014).

Ramalho e Resende (2011) citam Fairclough (1989, 1995, 2001, 2003a) e Chouliaraki e Fairclough (1999) para explicar que o conceito de discurso está ligado aos estudos da linguagem e a diversos avanços das ciências sociais. Neste trabalho, algumas categorias analíticas se mostraram mais relevantes para a análise da representação do tema do acesso a terra e aos meios produtivos no texto final da Rio+20 e para a comparação dessa representação com aquela que se apresenta no texto do Major Group Agricultura. Tais categorias foram: Interdiscursividade e Coesão.

Segundo Araújo (2014), a análise da interdiscursividade identifica os discursos que se articulam no texto, a maneira como são apresentados e como eles se relacionam com outros discursos presentes no texto. Podem ser utilizados diferentes discursos para representação de um mesmo tema. A coesão é analisada por meio de relações semânticas entre as orações. Por meio dela, é possível perceber contradições e rupturas no texto de estudo, como o uso de frases sem sentido ou mesmo contraditórias para o contexto. Essa categoria nos permite, por meio da ordenação de palavras das frases distribuídas em cada parágrafo, revelar as relações de sentido e a escala de importância concernente às ideias elencadas no texto.

Para a análise lexical dos parágrafos concernentes ao tema em estudo, utilizou-se a nuvem de palavras, uma ferramenta gerada pelo software NVivo 10 (QRS INTERNATIONAL, 2013), com a finalidade de contabilizar as 150 palavras com mais de 3 letras mais frequentes nos parágrafos selecionado para análise. Além da nuvem de palavras, o programa fornece uma tabela com os dados, sendo possível explorá-los a fim de vincular os campos semânticos com o desenvolvimento sustentável, o acesso a terra e aos meios produtivos.

comércio e mercados. Muitos consideram o conceito de soberania alimentar ser um quadro abrangente que aborda a questão da pobreza, segurança alimentar, clima e meio ambiente, bem como assuntos do camponês, direitos humanos e bem estar dos animais. A soberania alimentar aborda a pobreza em áreas rurais e urbanas através de sistemas locais de alimentos sustentáveis. A soberania alimentar, que coloca no centro a agricultura familiar sustentável, a agricultura camponesa e da pesca de pequena escala, não só alimenta as pessoas com alimentos saudáveis e nutritivos culturalmente apropriados, mas coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, em vez de as demandas de corporações. O caminho para um desenvolvimento mais sustentável deve avançar no sentido de responsabilidade social e mercados sustentáveis e financeiros, balanceando as necessidades humanas com os ecossistemas dos quais todas as vidas dependem. Nosso círculo produz todas as necessidades de alimentos e fibras do mundo e requer uma estrutura que permita o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis, como a agricultura orgânica, inovando nas técnicas de cultivo e gestão integrada. Nisso, damos atenção especial às necessidades dos agricultores familiares, camponeses e pescadores artesanais. (...) No futuro, pode ser de terra, mas não há camponês, sem comida, sem futuro.

Como se observa no excerto (2), dentre os objetivos do Major Group, a promoção de uma “agricultura sustentável” é realçada devido a suas contribuições importantes para se alcançar o “desenvolvimento sustentável”.

Os grupos considerados vulneráveis são apontados como detentores de soluções para sustentabilidade. O Major Group Agricultura reivindica o empoderamento desses grupos mais vulneráveis, nos quais, se incluem agricultores, pescadores artesanais, pastores, trabalhadores agrícolas, jovens e povos indígenas. Uma ação proposta para esse empoderamento é assegurar o “direito à igualdade do acesso a terra, independentemente do sexo, estado civil, origens religiosas ou étnica”.

Quando a questão econômica é representada no pronunciamento do Major Group Agricultura, ela vem acompanhada das questões sociais e ambientais. Essa integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, no pronunciamento do grupo social Agricultura pode ser visto no trecho “o caminho para um desenvolvimento mais sustentável deve avançar no sentido de responsabilidade social e mercados sustentáveis e financeiros, balanceando as necessidades humanas com os ecossistemas dos quais todas as vidas dependem”.

Com a análise do documento final da Rio+20, no §4 (excerto (3)), podemos perceber um discurso capitalista com sutis toques ambientalistas, visto que, os benefícios socioeconômicos sempre aparecem em primeiro plano.

(3) § 4. “Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Reafirmamos também que, para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades

para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes”.

Esse parágrafo não atende os requisitos do tripé da sustentabilidade, também conhecido por triple bottom line (ELKINGTON, 2004), que tem como fundamento o equilíbrio entre as práticas econômicas, sociais e ambientais, sendo que nenhuma dessas pode se sobressair sobre as demais.

Desse modo, percebe-se no §4 a proposta de promover o crescimento econômico, mas isso não é uma prática sustentável. Tim Jackson (2009) analisa as complexas relações entre crescimento, crises ambientais e recessão social. O crescimento econômico nega os limites do planeta ao representar a possibilidade (senão a necessidade) de aceleração infinita da dinâmica econômica.

Buscando atentar-se para a finitude dos recursos, o documento propõe mudança dos modos de consumo e produção, mas as práticas agrícolas vigentes têm seguido os mesmos princípios adotados após a Revolução Verde, iniciada na década de 1960, modelo voltado para o uso intensivo de agrotóxicos e pacotes tecnológicos, com objetivo de aumentar a produtividade. O argumento utilizado para implementar essas práticas agrícolas consistia no extermínio da fome mundial (ANDRADES E GANIMI, 2007).

Assim como o §4 (excerto (3)), no §23 (excerto (4)) segue-se a mesma tendência, com predominância do discurso socioeconômico, relegando espaço secundário ao discurso ambientalista. Verifica-se ainda, no parágrafo 23, a associação das comunidades rurais à ideia de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica.

(4) §23. *“Reafirmamos a importância de apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços para erradicar a pobreza e promover o empoderamento dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive removendo os obstáculos aos quais estes se confrontam e aumentando a capacidade produtiva, desenvolvendo a agricultura sustentável, e promovendo o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, complementado por políticas sociais eficazes, incluindo pisos de proteção social, com vistas a atingir as metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, o que inclui os ODM”.*

Percebe-se um desequilíbrio do tripé da sustentabilidade, visto que, na área ambiental requer apenas o aumento da “capacidade produtiva desenvolvendo uma agricultura sustentável”. De acordo com a NATIONAL RESEARCH COUNCIL (NRC, 1991), o conceito de agricultura sustentável envolve a capacidade de manutenção dos recursos naturais, com

menor impacto possível ao meio ambiente, utilizando menos insumos e atendendo às demandas de alimentos da população, além de gerar renda.

Melo (2006, p. 21) afirma que:

os problemas ambientais tornam-se ainda mais graves quando nos deparamos com a realidade (principalmente a socioeconômica) dos países ditos “periféricos”, que sofrem todo tipo de carência, inclusive a cultural, resultado em grande parte do processo de colonização.

A subsistência dos pobres mencionadas no §30 (excerto (5)) depende das práticas agrícolas mencionadas no §23, pois o §30 demonstra a dependência dos pobres dos ecossistemas e o §23 (excerto (4)) se propõe a “promover o empoderamento dos pobres”, citando a “agricultura sustentável”.

(5) §30. *“Reconhecemos que a subsistência, o bem-estar econômico, social e físico e a preservação do patrimônio cultural de várias pessoas, em especial, dos pobres, dependem diretamente dos ecossistemas. Por essa razão, é essencial gerar empregos decentes e renda suficiente para reduzir as disparidades das condições de vida, para melhor atender às necessidades das pessoas, e para promover meios de subsistência e práticas sustentáveis e o uso racional dos recursos naturais e dos ecossistemas”.*

As metas estabelecidas que visam meios sustentáveis de produção estão localizadas mais periféricamente no parágrafo, pode ser exemplificado pelas escolhas lexicais em “promover meios de subsistência”, “práticas sustentáveis” e “uso racional dos recursos naturais e dos ecossistemas”. Portanto, é possível inferir que o discurso ambiental está por trás das questões socioeconômicas, que ainda são predominantes no cenário político mundial. As palavras utilizadas nesse trecho do documento demonstram a predominância do discurso econômico (“bem-estar econômico”, “gerar empregos”, “renda” e “uso racional”).

Normalmente, a produção em larga escala depende menos dos ecossistemas (por disporem de tecnologia avançada para evitar as incertezas naturais e fazer as devidas “correções” das “deficiências” naturais das áreas de produção. Essa dependência é maior no caso da agricultura de pequena escala, realizada por pequenos agricultores, geralmente pobres e marginalizados pelo mercado de agrocommodities.

Pode-se inferir que os danos ambientais representam ameaças para as populações mais pobres (especialmente as rurais), de baixa renda e produtividade. A solução apontada no §30 para a questão da vulnerabilidade dos pobres é de caráter econômico, não há questionamento de como essa dinâmica é gerada e acabam criando mais problemas. Isso demonstra falta de visão política e a reiteração do discurso econômico.

Empregos decentes e renda suficiente são representados enquanto soluções econômicas para alcançar as “práticas sustentáveis e o uso racional dos recursos”. Isso conduz à ideia de que a pobreza está levando à insustentabilidade e à degradação ambiental. No entanto, essa não é uma verdade absoluta, visto que modos de produção “desenvolvidos” já se provaram muito mais nocivos ao equilíbrio ecológico do que as práticas dos agricultores pobres.

As ameaças causadas pela degradação ambiental podem ser verificadas com os estudos realizados por Rockstrom et al.(2009), os autores destacam a importância de se considerar os limites dos recursos naturais. Foram identificados nove componentes críticos da sustentabilidade ambiental e verificou-se que três deles já ultrapassaram os limites de carga dos estoques e/ou sumidouros planetários. Rockstrom et al. (2009) afirmam que já foram ultrapassados os limites das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e do ciclo do nitrogênio.

No item (j) do §58(exceto (6)) observa-se uma ruptura de coesão com o discurso representado nos demais parágrafos em análise neste trabalho. Esse é o único trecho em que predomina o discurso social, e não o econômico como é o mais comum no texto.

(6) §58(j). “Melhorar o bem-estar dos povos indígenas e suas comunidades, de outras comunidades locais e tradicionais, e das minorias étnicas, reconhecendo e apoiando a sua identidade, cultura e seus interesses; e evitar pôr em perigo a sua herança cultural, suas práticas e conhecimentos tradicionais, preservando e respeitando as abordagens não comerciais que contribuem para a erradicação da pobreza”.

Esse trecho do documento refere-se especificamente à questão dos povos indígenas e tradicionais e de minorias étnicas. Para esses povos, o texto não oferece soluções econômicas, antes sim, focaliza aspectos sociais ameaçados pelo modelo de desenvolvimento tradicional.

Observa-se que a menção à pobreza neste parágrafo revela a avaliação de que tais comunidades estão em vulnerabilidade econômica, e não somente social. Ao mencionar as “abordagens não comerciais que contribuem com a erradicação da pobreza”, realça-se a diferença das propostas de desenvolvimento direcionadas a esses povos, em comparação com as demais soluções para a pobreza apontada nos demais parágrafos analisados.

As propostas contidas nesse item do §58 focalizam, então, a necessidade de se legitimar a identidade cultural e os interesses específicos dessas populações tradicionais e minoritárias, marcando ainda mais a distinção dessas com o restante das populações do mundo. As propostas contidas nessa passagem do texto não apontam, porém, quais seriam os meios para tanto, restringindo-se a dizer que não seriam as soluções comerciais.

Percebe-se uma associação entre comunidades rurais e pobreza no §23 (excerto (4)) e no §109 (excerto (7)):

(7) §109. *“Reconhecemos que uma parcela significativa dos pobres do mundo vive em meios rurais, e que as comunidades rurais desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico de muitos países. Enfatizamos a necessidade de revitalizar os setores da agricultura e de desenvolvimento rural, nomeadamente nos países em desenvolvimento, de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Reconhecemos a importância de tomar as medidas necessárias para melhor atender às necessidades das comunidades rurais - produtores agrícolas, em particular os pequenos produtores, mulheres, povos indígenas e pessoas que vivem em situações vulneráveis - através do acesso ao crédito e a outros serviços de financiamento, aos mercados, à posse da terra, à saúde, aos serviços sociais, à educação, à formação, ao conhecimento e às tecnologias de que necessitam. E isso a um custo acessível, particularmente no que se refere às tecnologias de irrigação, de reutilização de águas residuais tratadas, e de coleta e armazenamento de água. Reiteramos a importância de dar às mulheres rurais os meios de agirem como agentes essenciais da melhoria do desenvolvimento agrícola e rural, da segurança alimentar e da nutrição. Reconhecemos também a importância das tradicionais práticas agrícolas sustentáveis, incluindo sistemas tradicionais de distribuição de sementes, inclusive para muitos povos indígenas e comunidades locais”.*

Esse trecho é passível de críticas por representar estereótipos que se revelam na relação entre os pobres e o meio rural. Essa associação não é verdadeira pois há pobreza tanto em meios rurais quanto urbanos, como também há muita riqueza nos campos. Exemplo da pobreza crescente em meio urbano são as expansões de tantas favelas nas cidades (GROSTEIN, 2001).

Percebe-se uma ruptura coesiva evidente na primeira frase do parágrafo. Inicialmente vincula-se pobreza e meios rurais, mas logo em sequência, fala-se que “as comunidades rurais desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico de muitos países”. O meio rural ora é representado pela pobreza, ora é representado pela importância econômica.

A segurança alimentar é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo (MALUF ET AL., 2000), enquanto a soberania alimentar se preocupa com a produção e consumo de alimentos para o bem-estar e segurança de um país (VENDRAMINI ET AL., 2012).

No trecho “através do acesso ao crédito e a outros serviços de financiamento, aos mercados, à posse da terra” meios econômicos são representados como solução da pobreza, o que contrasta com o que está representado no item (j) do §58 (excerto (6)). No §109, quando se fala em “custo acessível, particularmente no que se refere às tecnologias de irrigação, de reutilização de águas residuais tratadas, e de coleta e armazenamento de água”, observa-se a retomada do discurso das soluções econômicas, ainda que no mesmo parágrafo haja

referências a aspectos sociais do desenvolvimento sustentável: “educação, saúde, serviços sociais, conhecimento”- que não são (ou não deveriam ser) mercadorias propriamente ditas.

No trecho do §109 (excerto (7)) quando diz “reiteramos a importância de dar às mulheres rurais os meios de agirem como agentes” demonstra-se cunho social, mas revestido do discurso econômico quando seguido pelas expressões “segurança alimentar e da nutrição”, uma vez que na frase anterior observa-se a referência a prática de produção de alimentos ligadas à expressão “custo acessível”. Na última frase do §109, novamente as práticas não mercantis são representadas como uma solução restrita aos povos tradicionais.

Percebe-se sutilmente a ênfase dada à redução de custos e o foco no mercado, com intenção de produzir em larga escala com métodos mais sustentáveis, desde que possua viabilidade econômica. Isso se revela pelo uso de termos associados às práticas mercantis, tais como: “acesso ao crédito”, “outros serviços de financiamentos”, “mercados”, “posse à terra”, “serviços sociais”, “custo acessível”.

Assim como em outros trechos já analisados, o §110 (excerto (8)) apresenta preponderância do discurso econômico. É possível fazer essa inferência a partir das escolhas lexicais presentes no parágrafo (“mercados”, “negociação”, “investimentos”).

(8) §110. *“Observando a diversidade de condições agrícolas e de sistemas, resolvemos aumentar a produção e a produtividade agrícola sustentável em nível mundial, nomeadamente através da melhoria do funcionamento dos mercados, dos sistemas de negociação, e do fortalecimento da cooperação internacional, particularmente para países em desenvolvimento, aumentando o investimento público e privado na agricultura, gestão da terra e desenvolvimento rural sustentável. As principais áreas de investimento e de apoio incluem: práticas agrícolas sustentáveis, infraestrutura rural, capacidade e tecnologias de armazenamento, investigação e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de desenvolvimento agrícola, implantação de cooperativas e de cadeias de valor agrícolas sustentáveis, e fortalecimento das ligações urbano-rurais. Reconhecemos também a necessidade de reduzir significativamente as perdas e o desperdício pós-colheita e as perdas e o desperdício de alimentos em toda a cadeia de abastecimento alimentar”.*

A diversidade de condições agrícolas a qual o parágrafo faz referência diz respeito à diversidade de ecossistemas nos quais a produção agrícola se realiza. Diante disso, é possível concluir que o §110 faz alusão à necessidade de se adaptar o sistema produtivo, utilizando, para tanto, de variedades agrícolas resistentes à peculiaridades do ecossistema. A diversidade de sistemas faz referência aos movimentos de agriculturas alternativas aos métodos convencionais, visando diminuir a quantidade de insumos agrícolas.

A referência aos países em desenvolvimento está atrelada à cooperação internacional, o que revela um discurso colonialista, que assume a cooperação não como uma via de mão

dupla, mais como um canal de transferência de tecnologias e modelos produtivos, partindo dos países mais ricos em direção aos países mais pobres, o que fica evidente na expressão “cooperação internacional, particularmente para países em desenvolvimento”.

Segundo Assis (2006, p. 77), a agricultura é:

um processo social, ou seja, o desenvolvimento tecnológico deve estar inserido num processo amplo em que a tecnologia seja instrumento para um desenvolvimento rural que atenda às demandas sociais e econômicas.

No trecho do §110 (excerto (8)), “reconhecemos também a necessidade de reduzir significativamente as perdas e o desperdício pós-colheita e as perdas e o desperdício de alimentos em toda a cadeia de abastecimento alimentar”, fala-se em redução das perdas, mas não se fala em mudanças sociais.

O §114 (excerto (9)) segue a mesma tendência encontrada no §4 (excerto (3)), no §23 (excerto (4)) e no §110 (excerto (8)), o discurso econômico encontra-se em primeiro plano, com medidas que buscam o aumento da produtividade . Como se lê a seguir.

(9) §114. “Decidimos tomar medidas para reforçar a investigação agrícola, serviços de extensão, formação e educação para melhorar a produtividade agrícola e a sustentabilidade através do compartilhamento voluntário do conhecimento e das práticas bem-sucedidas. Além disso, resolvemos melhorar o acesso à informação, ao conhecimento e às técnicas, nomeadamente através de novas tecnologias de informação e comunicação que capacitam agricultores, pescadores e silvicultores fazerem escolhas entre os diversos métodos de produção agrícola sustentável. Fazemos um apelo para o reforço da cooperação internacional em pesquisa agrícola para o desenvolvimento”.

O objetivo explícito de todas as atividades mencionadas no início do parágrafo é o aumento da produtividade agrícola, sendo esta, apresentada em primeiro plano. Após os interesses econômicos encontram-se as questões mais voltadas para a sustentabilidade. Percebe-se essa prioridade de representação pela ordem das palavras utilizadas, como por exemplo, “melhorar a produtividade agrícola”, “compartilhamento voluntário do conhecimento e das práticas bem-sucedidas”, “escolhas entre os diversos métodos de produção agrícola sustentável”.

Uma das ideias implícitas do discurso parte do pressuposto que as populações do meio rural (menos favorecidas) não possuem conhecimento das novas tecnologias de produção e que essas seriam formas eficazes de alcançar a produtividade.

Assim como outros parágrafos analisados, o §114 (excerto (9)) também é marcado pela presença de frases que incentivem o apoio à escolha de métodos de produções mais sustentáveis, mas em nenhum momento são citados quais seriam. Percebe-se sutilmente essa

representação na frase em que se fala das técnicas disponíveis para que capacitem “agricultores, pescadores e silvicultores fazerem escolhas entre os diversos métodos de produção agrícola sustentável”.

A questão do direito à posse da terra é referida explicitamente no §115 (excerto (10)), como pode ser observado a seguir.

(10)§115. “Reafirmamos a importância do trabalho e da natureza inclusiva do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSAM), e seu papel na facilitação das avaliações conduzidas pelos países sobre a produção sustentável de alimentos e segurança alimentar. E encorajamos os países a considerar seriamente a implementação de diretrizes voluntárias do Comitê para a governança responsável do regime de posse da terra, da pesca e das florestas, no contexto da segurança alimentar nacional. Registramos as discussões sobre os princípios para um investimento responsável na agricultura que se encontram em andamento no âmbito do CSAM”.

O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSAM), mencionado no §115 “é a principal plataforma internacional e intergovernamental de discussão de medidas para garantir a segurança alimentar em nível mundial” (FAO, 2014). Sendo assim, possui possibilidades concretas de apoiar positivamente o desenvolvimento sustentável, expressas em “seu papel na facilitação das avaliações conduzidas pelos países sobre a produção sustentável de alimentos e segurança alimentar”.

O CSAM, conforme citado no §115 (excerto (10)), incentiva os países a implementarem as propostas formuladas pela organização, sendo uma das “diretrizes”, “a governança responsável do regime de posse da terra”. Porém, não está explícito no documento da Rio+20 como será executada essa diretriz. Não basta dizer que se pretende realizar algo, é necessário apontar os meios que serão utilizados.

Diferentemente dos demais parágrafos analisados, no §193 (excerto (11)) predominam as questões ambientais, embora também estejam representadas por discurso socioeconômico.

(11)§193. “Destacam-se os benefícios sociais, econômicos e ambientais das florestas para as pessoas e as contribuições da gestão florestal sustentável para os temas e objetivos da Conferência. Apoiamos políticas intersetoriais e interinstitucionais que promovam o manejo florestal sustentável. Reafirmamos que a vasta gama de produtos e serviços que as florestas fornecem cria oportunidades para resolver muitos dos mais prementes desafios do desenvolvimento sustentável. Conclamamos os maiores esforços para alcançar a gestão sustentável das florestas, com a criação de florestas, a recuperação e o reflorestamento, e apoiamos todos os esforços que efetivamente desacelerem, parem e revertam o desmatamento e a degradação florestal, incluindo a estimulação do comércio de produtos florestais lícitos. Notamos a importância de iniciativas em curso, tais como a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal nos países em desenvolvimento, e o papel da conservação, manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal nos países em desenvolvimento. Fazemos um apelo para maiores esforços no reforço dos quadros de governança florestal e dos meios de execução, em conformidade com os instrumentos juridicamente não vinculantes no que diz

respeito a todos os tipos de florestas para alcançar uma gestão sustentável das florestas. Para esse fim, comprometemo-nos a melhorar as condições de vida das pessoas e comunidades, criando as condições necessárias para uma gestão sustentável das florestas, inclusive através do reforço de cooperação nas áreas de finanças, transferência de comércio, de tecnologias ambientalmente saudáveis, de capacitação e de governança, bem como através da garantia do direito à posse da terra, particularmente em termos de tomada de decisões e compartilhamento de benefícios, de acordo com a legislação e prioridades nacionais”.

A primeira frase do §193 expressa uma afirmativa que por diversas vezes é vista como irreal, quando se fala que “destacam-se os benefícios sociais, econômicos e ambientais das florestas. As florestas prestam diversos serviços ao ecossistema e à sociedade, mas ainda hoje, quando se fala em florestas, logo surge o pensamento do desmatamento gerando uma atividade lucrativa.

Rotta *et al.* (2006) destacam os benefícios advindos da prática de manejo florestal. Os proprietários rurais podem utilizar a área destinada à reserva legal gerando retorno econômico, a indústria madeireira garante matéria-prima legalizada e a sociedade se beneficia com os serviços ecossistêmicos oferecidos, sendo o sequestro de carbono um dos mais importantes. Os autores fazem uma comparação entre o desmatamento e a exploração manejada. No manejo florestal o custo inicial é maior na fase de implementação, porém o retorno financeiro a médio e longo prazo é maior.

A frase “reafirmamos que a vasta gama de produtos e serviços que as florestas fornecem cria oportunidades para resolver muitos dos mais prementes desafios do desenvolvimento sustentável”, realça a importante contribuição das florestas, visto que delas provêm produtos para subsistência e para o comércio (SANTOS *ET AL.*, 2003).

A primazia da questão ambiental se revela pelas palavras utilizadas nesse trecho do texto, no qual ocorrem as expressões “manejo florestal sustentável”, “criação de florestas, a recuperação e o reflorestamento” e “apoiamos todos os esforços que efetivamente desacelerem, parem e revertam o desmatamento e a degradação florestal”.

Ao mencionar as emissões causadas por desmatamentos e a degradação ambiental, causa estranhamento o texto focalizar apenas os países em desenvolvimento. Ao enaltecer as iniciativas empreendidas nos países em desenvolvimento, mas sem fazer qualquer menção à efetiva necessidade de que todos os países assumam responsabilidades concretas que contribuam para o desenvolvimento sustentável, o texto vincula tais problemas unicamente aos países em desenvolvimento, camuflando a implicação dos países desenvolvidos. Fica o

questionamento se isso não foi uma tática para que os países desenvolvidos concordassem e ratificassem o documento.

Ao final do §193 (excerto (11)), o discurso econômico é retomado. Ações de natureza econômico-mercantis são apresentadas como meios de promoção da melhoria das condições de vida da população. Isso é observado na frase “reforço de cooperação nas áreas de finanças, transferência de comércio, de tecnologias ambientalmente saudáveis, de capacitação e de governança, bem como através da garantia do direito à posse da terra”. Observa-se que “garantia direito de acesso a terra”, tema associado a questões não somente econômicas, mas sociais, é mencionado ao final do parágrafo, o que pode evidenciar a menor importância dada a essa questão se comparada aos demais temas abordados no trecho.

O §199 (excerto (12)) se diferencia das demais análises por não estar voltado para as questões de interesses econômicos.

(12) §199. “Destacamos a adoção do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização, e convidamos as partes da Convenção sobre Diversidade Biológica a ratificarem ou aderirem ao Protocolo, de modo a garantirem a sua entrada em vigor o mais cedo possível. Reconhecemos o papel do acesso aos recursos e do compartilhamento de benefícios, contribuindo para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, a erradicação da pobreza e a sustentabilidade ambiental”.

O Protocolo de Nagoya, mais conhecido como Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinado durante a Rio 92, tem como objetivo chamar a atenção para o valor intrínseco da diversidade biológica e dos valores ecológicos. Esse documento traz a afirmação de que cada Estado possui a autonomia quanto aos seus próprios recursos biológicos, além de afirmar que é necessária a disseminação de conhecimentos científicos (MMA, 2000).

No trecho “o papel do acesso aos recursos”, refere-se especificamente aos recursos genéticos, que podem se materializar em sementes e biomas, o que se relaciona com a temática de meios produtivos. O acesso aos meios produtivos é representado periféricamente no parágrafo. Vale realçar que esse é o único parágrafo que menciona diretamente a questão do acesso aos meios produtivos.

Assim como visto no §4 (excerto (3)), no §23 (excerto (4)), no §30 (excerto (5)) e no §114 (excerto (9)), no §205 (excerto (13)) as questões ambientais são representadas em segundo plano.

(13) §205. “Reconhecemos a importância econômica e social do bom manejo da terra, incluindo o solo, e reconhecemos particularmente a sua contribuição para o crescimento econômico, a biodiversidade, a agricultura sustentável e a segurança alimentar, a

erradicação da pobreza, o empoderamento das mulheres, a luta contra as alterações climáticas e a melhoria da disponibilidade de água. Ressaltamos que a desertificação, a degradação do solo e a seca são desafios de dimensão global e continuam a representar sérias dificuldades para o desenvolvimento sustentável de todos os países, em particular os países em desenvolvimento. Ressaltamos também os desafios específicos que devem enfrentar os países menos desenvolvidos e os países em desenvolvimento sem litoral nessa área. Nesse sentido, expressamos profunda preocupação com as consequências devastadoras das secas e da fome cíclicas na África, em particular no Chifre da África e na região do Sahel, e apelamos para uma ação urgente por medidas a curto, médio e longo prazo em todos os níveis”.

A preocupação prioritária representada nesse parágrafo é relacionada à economia. A primeira frase já expõe a importância econômica do manejo da terra para o desenvolvimento sustentável, além do “crescimento econômico” e a “erradicação da pobreza”. São citados benefícios ambientais, mas o texto não explana quais seriam as importantes contribuições ambientais.

O discurso sobre o “empoderamento das mulheres” também está representado no §109 (excerto (7)), quando o texto faz referências às comunidades rurais e produção agrícola. O §205 (excerto (13)) representa a importância das atividades das mulheres para o bom manejo da terra. Observa-se, portanto, que o discurso do manejo correto da terra é perpassado pelo discurso do empoderamento das mulheres.

O §240 (excerto (14)) possui algumas particularidades em relação aos demais trechos analisados, como se lê a seguir.

(14) §240. “Estamos comprometidos com a igualdade de direitos das mulheres e oportunidades nas decisões políticas e econômicas e no recebimento de recursos, e nos comprometemos a remover todos os obstáculos que impedem as mulheres de serem participantes plenas na economia. Tomamos a decisão de empreender reformas legislativas e administrativas necessárias para dar às mulheres direitos iguais aos dos homens, em termos de recursos econômicos, incluindo o acesso à propriedade, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, ao crédito, herança, recursos naturais e às novas tecnologias apropriadas”.

A ideia central desse parágrafo é o direito das mulheres e a igualdade entre gêneros. No entanto, revela-se no final do parágrafo o discurso econômico hegemônico, representado no uso das expressões “recursos econômicos”, “crédito” e “novas tecnologias apropriadas”. É nesse contexto discursivo que se aborda a questão do acesso a terra.

Considerando-se que igualdade de direitos está mais ligada a questões políticas (sociais) do que econômicas, causa-nos estranheza o contexto discursivo dentro do qual esta questão é representada no parágrafo. Não há explicação de como se pretende oferecer “oportunidades nas decisões políticas e econômicas e no recebimento de recursos”.

Comparando-se os discursos que permeiam a representação do tema do acesso a terra e meios produtivos no documento final da Rio+20 com das demandas concernentes ao tema representadas no pronunciamento do Major Group Agricultura (excerto (2)), se verifica que o documento da Rio+20 não converge com os interesses expressos pelo grupo social. A predominância do discurso econômico é o ponto em que essa divergência discursiva se revela mais destoante das reivindicações apresentadas pelo Major Group Agricultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No documento final da Rio+20 é marcante a predominância do discurso econômico e social sobre o ambiental. Apesar dos grupos sociais terem tido o direito de espaço de palavra na Plenária de Alto Nível da Conferência, o que foi uma participação inédita, seus objetivos e reivindicações relativos à temática do acesso a terra e meios produtivos não foram contemplados pelos resultados da Rio+20, como se revelou nas análises apresentadas neste trabalho.

A dissonância discursiva entre as demandas sociais e os resultados oficiais da Rio+20 se revelou pelas escolhas lexicais e pela ordem em que os elementos são enumerados na representação da temática de acesso a terra e meios produtivos no documento final da Rio+20, quando comparada à representação da temática no pronunciamento oficial do Major Group Agricultura.

Em seu discurso oficial na Plenária de Alto Nível, o Major Group Agricultura busca um acesso mais igualitário à terra e aos meios produtivos, destacando que essa medida é essencial para o desenvolvimento sustentável. Quando o documento da Rio+20 aborda essas questões, o faz de maneira superficial, não busca trabalhar na origem dos problemas.

O texto da Rio+20 é marcado pelo discurso capitalista neoliberal. A preocupação prioritária evidente é o mercado, mantendo o foco na produtividade e utilizando as tecnologias para supostamente resolver as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável.

O documento final possui alguns efeitos ideológicos, dentre os quais, pode-se destacar o esvaziamento do discurso do direito à posse de terra e de acesso aos meios produtivos agrícolas. Os produtores rurais não são protagonistas de sua história e não tem empoderamentos dessas questões sociais.

No discurso da Rio+20 considera-se grupos vulneráveis os pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade, mas não é citado quem se enquadra nesse perfil. Para esses grupos são apontadas soluções econômicas, de maneira superficial, não há explicações do que precisa ser feito para alcançar melhorias para a população em vulnerabilidade. Para os povos indígenas são apontadas soluções não comerciais. As mulheres rurais são vistas com importância dentro do contexto do desenvolvimento sustentável, há desejo de buscar a igualdade no acesso a terra.

Há ainda a relação entre pobreza e meios rurais no discurso da Rio+20, o que diverge com o Major Group Agricultura, que expressa pobreza tanto em meios urbanos quanto rurais. O MG aponta os agricultores, pescadores, povos indígenas, mulheres e jovens como grupos vulneráveis e expressam as possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável em suas mãos.

A soberania alimentar dentro do discurso da Conferência é representada pela segurança alimentar voltada para a produção sustentável, desde que possua viabilidade econômica. A governança responsável do regime de posse da terra é tratada superficialmente, sem detalhes e abordagens de implementação. O discurso relacionado a soberania alimentar do MG destaca os benefícios advindos da agricultura familiar, com vantagens socioambientais e econômicas.

Os recursos produtivos estão inseridos no discurso da Rio+20 com a necessidade de proteção e gestão dos recursos naturais, além do uso racional, visto, a intenção de crescimento econômico. As tecnologias indicadas estão atreladas a questões mais econômicas, porque destacam que precisam apresentar custos acessíveis. O acesso a meios produtivos aparece apenas uma vez dentro do documento final, o que pode revelar a menor importância dessa temática. Os Agricultores solicitam igualdade de acesso aos recursos produtivos, citando “sementes, insumos, comércio e mercados”. As soluções não econômicas são apresentadas em primeiro plano, divergindo do discurso adotado pela Conferência, na qual, predominam as questões econômicas.

A temática de acesso a terra encontra-se representada pela posse da terra no discurso da Conferência, essa questão é abordada mais periféricamente na maioria dos parágrafos analisados, o que pode indicar a pouca importância atribuída ao tema. O MG busca o direito de igualdade do acesso a terra, para que todos tenham condições de trabalho.

Quanto a agricultura sustentável, a Rio+20 realça a importância de aumentar a produtividade, com viabilidade econômica e revitalização dos setores da agricultura. Há

relação da dependência dos pobres dos ecossistemas, mas não somente essas pessoas são dependentes dos recursos naturais, visto que, sem eles seria impossível produzir. O documento aborda as questões do desenvolvimento sustentável mencionando apenas os países em desenvolvimento, em nenhum momento, há propostas para os países desenvolvidos. Para o MG, a agricultura sustentável possibilita o provimento de alimentos para o povo, além de sustentar o planeta. É um discurso com representações socioambientais e econômicas.

Com a divergência discursiva apresentada entre o pronunciamento do Major Group Agricultura e o documento final da Rio+20, acredita-se que a não contemplação dos interesses e reivindicações não seja restrita apenas à temática de acesso a terra e meios produtivos. Portanto, são necessários outros estudos a fim de verificar o nível de participação da sociedade civil nos resultados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. **Rio+20 pode perder substância política**. *Ecopolítica*. Rio de Janeiro 2012.
- ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**: UFRGS 1995.
- ANDRADES, T. O. D.; GANIMI, R. N. **Revolução verde ea apropriação capitalista**. 2007.
- ARAÚJO, C. L. **AS VOZES DA RIO+20: a inserção dos interesses dos grupos sociais nos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2014. 275 (DOUTOR). CDS, UnB
- ASSIS, R. L. D. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006. ISSN 1413-8050.
- CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2012. ISBN 8577431932.
- CAMARGO, R. C. R. **Assentamentos Rurais Sustentáveis: o processo de construção participativa do conhecimento agroecológico e o monitoramento de unidades de referência no Assentamento Sepé Tiaraju-SP** 2013.
- DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. 1972. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 2006.
- DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. *São Paulo em perspectiva*, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.
- ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. **The triple bottom line: Does it all add up**, p. 1-16, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. The dialectics of discourse. *Textus*, v. 14, n. 2, p. 231-242, 2001. ISSN 0082-3767.
- FAO. Comitê de Segurança Alimentar discute ações para conter alta dos preços dos alimentos. Brasília, 2014. Disponível em: < <https://www.fao.org.br/CSAdapcapa.asp> >. Acesso em: 28 de outubro de 2014.
- FARMERS MAJOR GROUP. **Statement Farmers Group**. HIGH LEVEL PLENARY MEETING RIO+20. Rio de Janeiro: UNCSO. 2012.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001. ISSN 0102-8839.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária** 2003.

JACKSON, T. **Prosperity without growth: Economics for a finite planet**. Routledge, 2009. ISBN 1849713235.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. Caderno segurança alimentar. **FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**, v. 1, 2000.

MARQUETTI, A. A economia brasileira no capitalismo neoliberal: progresso técnico, distribuição, crescimento e mudança institucional. **Universidade de São Paulo, Programa de seminários Acadêmicos (ed. eletrônica)**, 2004.

MELO, M. M. D. **Capitalismo versus sustentabilidade: o desafio de uma nova ética ambiental**. Florianópolis: 2006. 133.

MMA. **Convenção sobre Diversidade Biológica** Brasília-DF 2000.

MORAES, K. **O CONCEITO DE "MODO DE PRODUÇÃO" EM KARL MARX**. Estudando Sociologia na NetEscola. Fortaleza: Blogspot. 2014: Apresenta lições de sociologia para estudantes da Rede Estadual de Ensino Médio do Ceará p. 2009.

NRC. **Toward Sustainability, a Plan for Collaborative Research on Agriculture and Natural Resource Management**. Washington, D.C: National Academy Press 1991.

OLIVEIRA, J. D. **Estatuto da terra: Lei no. 4.504 de 30.11. 1964, atualizada e acompanhada dos diplomas que a regulamentam e de legislação especial sobre aquisição de imóvel rural, cadastro rural, imposto sobre propriedade territorial rural**. Saraiva, 1996. ISBN 8502018612. Acesso em: 01 nov 2014.

ONU. Agenda 21 Global. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) (CNUMAD), 1992, Rio de Janeiro. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasil.

QRS INTERNATIONAL. **NVivo**: QRS International Pty Ltd. NVivo 10 2013.

RAMALHO, V. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. Anais da XII Conferência Anual da IACR-International Association for Critical Realism, 2009.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. D. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2011.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. 2009.

ROTTA, G. W.; MICOL, L.; DOS SANTOS, N. B. **Manejo florestal sustentável no portal da Amazônia: um benefício econômico, social e ambiental**. ICV, 2006.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Ed.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**: Brasiliense, 1993. ISBN 8511140905.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000. ISBN 858643535X.

SALCIDES, A. M. F.; ALVES FILHO, E. A Reforma Agrária ea desconcentração de terra, de renda e de população. **História Social**, n. 19, p. 173-192, 2010. ISSN 2178-1141.

SANTOS, A. J. et al. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. **FLORESTA**, v. 33, n. 2, 2003. ISSN 1982-4688.

SANTOS, G. P.; RESENDE, V. D. M. Veja o fim do arco-íris—uma análise do artigo “A geração tolerância” ea construção de identidades homossexuais. **Calidoscópico**, v. 10, n. 2, p. 153-160, 2012. ISSN 2177-6202.

VEIGA, J. E. D.; ABRAMOVAY, R.; EHLERS, E. Em direção a uma agricultura mais sustentável. **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Edusp, p. 305-333, 2012.

VENDRAMINI, A. L. D. A.; DE OLIVEIRA, J. C.; CAMPI, M. A. SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO, PARÂMETROS E HISTÓRIA. 2012.

VIEIRA, R. S. Rio+20- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo "Direito da Sustentabilidade". **Novos Estudos Jurídicos**, v. 17, n. 1, p. 48-69, 2012. ISSN 2175-0491.

WIRTH ET AL. **Desenvolvimento sustentável: histórico, conflitos e perspectivas**: Campinas 2006.

7 ANEXOS

Tabela 1: Lista de palavras representando os trechos de acesso a terra e meios de produção.

Palavra	Extensão	Contagem
desenvolvimento	15	22
sustentável	11	20
países	6	12
florestas	9	9
reconhecemos	12	9
recursos	8	8
todos	5	8
agrícola	8	7
gestão	6	7
importância	11	7
social	6	7
tecnologias	11	7
alimentar	9	6
comunidades	11	6
florestal	9	6
mulheres	8	6
peessoas	7	6
sustentáveis	12	6
terra	5	6
acesso	6	5
agricultura	11	5
agrícolas	9	5
condições	9	5
econômico	9	5
incluindo	9	5
melhorar	8	5
pobreza	7	5
promover	8	5
práticas	8	5
rurais	6	5
segurança	9	5
benefícios	10	4
desafios	8	4
ecossistemas	12	4
erradicação	11	4
esforços	8	4
meios	5	4
naturais	8	4
papel	5	4
particularmente	15	4
produção	8	4
reafirmamos	11	4
rural	5	4
serviços	8	4

também	6	4
tradicionais	12	4
compartilhamento	16	3
conhecimento	12	3
cooperação	10	3
degradação	10	3
diversidade	11	3
governança	10	3
inclusive	9	3
indígenas	9	3
investimento	12	3
maiores	7	3
manejo	6	3
medidas	7	3
melhoria	8	3
muitos	6	3
necessárias	11	3
nomeadamente	12	3
não	3	3
oportunidades	13	3
particular	10	3
pobres	6	3
políticas	9	3
posse	5	3
povos	5	3
proteção	8	3
reduzir	7	3
reforço	7	3
sistemas	8	3
sociais	7	3
vida	4	3
alcançar	8	2
alimentos	9	2
ambientalmente	14	2
apelo	5	2
apoiamos	8	2
armazenamento	13	2
atender	7	2
aumentando	10	2
biológica	9	2
capacidade	10	2
comitê	6	2
comércio	8	2
conservação	11	2
crescimento	11	2
crédito	7	2
csam	4	2
cultural	8	2
dar	3	2
decisões	8	2
desmatamento	12	2
desperdício	11	2
direitos	8	2

econômica	9	2
econômicos	10	2
educação	8	2
empoderamento	13	2
equitativo	10	2
essenciais	10	2
estar	5	2
fazemos	7	2
formação	8	2
fortalecimento	14	2
herança	7	2
informação	10	2
internacional	13	2
investigação	12	2
locais	6	2
mais	4	2
melhor	6	2
mercados	8	2
modos	5	2
mundial	7	2
necessidade	11	2
necessidades	12	2
novas	5	2
objetivos	9	2
obstáculos	10	2
outras	6	2
perdas	6	2
produtividade	13	2
produtores	10	2
produtos	8	2
propriedade	11	2
protocolo	9	2
resolvemos	10	2
responsável	11	2
ressaltamos	11	2
sem	3	2
solo	4	2
subsistência	12	2
sustentabilidade	16	2
são	3	2
termos	6	2
tomar	5	2
trabalho	8	2
uso	3	2
áfrica	6	2
água	4	2
áreas	5	2

Elaborado pela autora